

III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

I - ECONOMIA AGRÁRIA

**O ‘IMPERIAL INSTITUTO BAHIANO DE AGRICULTURA’ E
AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA E NA AGROINDÚSTRIA
DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

NOME: Amilcar Baiardi

FILIAÇÃO INTITUCIONAL: Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador do CNPq.

ENDEREÇO: Av. Paulo VI, 2272 aptº. 904

TELEFONE: 071-35824 e 071-9773579

E.mail: baiardi@ufba.br

ABSTRACT

O artigo tenta avaliar se o ‘Imperial Instituto Bahiano de Agricultura’, IIBA, - criado em 1859 e implantado em sede definitiva com laboratórios, campos experimentais, etc. na localidade de São Bento das Lages, em 1874 – deu alguma contribuição para o aumento das exportações de produtos agropecuários da Província bem como para a diversificação e dinamização da agricultura de gêneros alimentícios, concorrendo, portanto, para a reversão da crise da economia agrário-exportadora e da crise do abastecimento. Alguns relatos de valor histórico sobre essa instituição – sobretudo avaliações de funcionários públicos dos governos geral e provincial - são cépticos em admitir que o IIBA tenha dado qualquer contribuição relevante para a mudança da base técnica das lavouras

regionais. Os argumentos são na linha de que o Instituto esteve mais preocupado com o ensino teórico das ciências agrárias que, propriamente, com pesquisas aplicadas. Alguns historiadores, entretanto, referem-se à trabalhos de introdução e domesticação de várias espécies vegetais de ciclos curto e longo, bem como da prática da assistência técnica, na área de influência do IIBA. Demais, as estatísticas mostram que os últimos vinte anos do século XIX, quando a instituição estava em plena atividade, são marcados pela recuperação da economia agrário-exportadora de uma crise que já durava mais de cinquenta anos.

1- OS PRIMEIROS ANOS DE VIDA DO IMPERIAL INSTITUTO BAHIANO DE AGRICULTURA

Em meados do século passado a ciência agrônômica dava grandes saltos no continente europeu. Na Alemanha emergia, pela mão de Justus Liebig, o ensino e a pesquisa em química agrícola na, Universidade de Giessen. Em 1840 é publicado seu livro *Die Organische Chemie in Ihrer Anwendung*, um verdadeiro compêndio de química aplicada à agricultura, destinado a se constituir no manifesto da agronomia contemporânea, permitindo Liebig desfrutar da fama de ser o primeiro agrônomo europeu da era industrial. A este avanço se somam aqueles aduzidos por Hellriegel e Wilfarth sobre a ação fixadora de nitrogênio por parte de bactérias que vivem em simbiose com as leguminosas e as contribuições trazidas por Edmund Ruffin, sobre o uso generalizado do calcário para corrigir a acidez do solo. Estas descobertas, praticamente fecham o ciclo dos conhecimentos que vêm, até hoje, orientando as teorias sobre nutrição vegetal.

Na França, por outro lado, tinha lugar a contribuição de Jean Baptiste Dieudonné Boussingault, cujo propósito era o de desenvolver tecnologias com base em todos os conhecimentos científicos disponíveis, inclusive aqueles aportados pelo próprio Liebig.

A Inglaterra, de sua parte, dava, através de Davy Hamphry, uma contribuição à fisiologia e à nutrição vegetal. Os *Elements of Agricultural Chemistry* incorporavam as descobertas de Cavendish, de Scheele, de Priestley e de Lavoisier, à análise química das plantas e do solo, estabelecendo relações entre a composição das cinzas da massa vegetal e a composição dos nutrientes em formas de sais, que deveriam ser incorporados aos solos quando a análise destes revelasse carência. Também na Inglaterra, difundia-se a contribuição de James Watt - a possibilidade de usar o carvão mineral na combustão geradora de vapor e com isso movimentar turbinas, êmbulos e pistões, acionar todo um sistema de máquinas estacionárias com motor a vapor na tração de arados nas grandes fazendas e, por fim, seu emprego em máquinas auto-tracionadas, o que levaria ao trator.

Nesse período, de certa forma sob a influência dessa revolução científico-tecnológica na agropecuária, surgia, na Província da Bahia, a primeira instituição, *stricto sensu*, de pesquisa agropecuária no Brasil: o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, IIBA, com data de nascimento em primeiro de novembro de 1859. Sua construção, entretanto, somente foi finalizada cerca de quinze anos mais tarde, em 1875, na localidade conhecida como São Bento das Lages, ligada à vila de São Francisco, a qual foi denominada posteriormente de São Francisco do Conde - atualmente município com o mesmo nome - por ter surgido em função do engenho que pertencia ao Conde de Linhares, recebido por este como herança do seu sogro Mem de Sá, terceiro Governador Geral do Brasil (Fiúza, 1934 e da Fonseca, 1988).

O objetivo do IIBA, segundo seus criadores, era oferecer uma alternativa à decadência das lavouras, introduzindo novos procedimentos produtivos, testando e desenvolvendo novas variedades, enfim gerando e difundindo novos conhecimentos que significassem um avanço em relação ao que era aplicado nos tempos coloniais. Sua criação

foi uma iniciativa conjunta da corte imperial e da aristocracia açucareira, que associavam a decadência da lavoura de cana-de-açúcar à falta de créditos e de políticas protecionistas, mas também à ausência de técnicos que instruísem os fazendeiros, seus empregados e seus escravos.

A idéia se materializa graças à passagem do Imperador Pedro II pela Bahia, quando voltava de uma viagem de visitas à outras províncias nordestinas. A viagem do Imperador ao Nordeste tinha como objetivo encontrar soluções – as quais, preferentemente, envolvessem o Governo Geral, o Governo Provincial e as classes produtoras - para a crise da economia agrário-exportadora. A crise, que já durava quase meio século, encontrava explicação no que Furtado (1974) chama de estancamento das exportações brasileiras, o qual repercutia sobre o nível de renda, ocasionando um longo declínio da economia. Em cinqüenta anos o valor das exportações brasileiras passa de 4 milhões de libras para pouco menos de 6 milhões, um crescimento anual de menos de um por cento. Mesmo este pequeno aumento, teve como protagonista o café. Excluído este produto, de acordo com o autor, o valor das exportações em 1850 é menor que em 1800.

Segundo Castro (1975) e da Costa (1985), o quadro se explicaria pela perda do impulso de exportação de açúcar a partir das primeiras décadas do século XIX, o que se agrava nas décadas seguintes, tendo como causas o fim das Guerras Napoleônicas e a concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa e do açúcar de cana produzido nas Antilhas, que já não viviam momentos de grande agitação social. A estas causas, Brandão (1998) agrega as dificuldades crescentes com a importação de escravos e, no caso particular da Bahia, vide Mattoso (1982), a uma epidemia de *Cholera morbus*, que teria dizimado 30.000 escravos.

Uma vez em Salvador, e a par do quadro de decadência das lavouras, Pedro II propôs uma parceria do Governo Geral com o da Província e com a elite de produtores rurais, com o objetivo de implantar uma instituição que se encarregasse da produção e da disseminação de conhecimentos agrônomicos¹. A boa intenção e a receptividade não significaram, contudo, que a idéia do IIBA se concretizasse imediatamente. O que se deu foi, somente, o início de um processo de capitalização no qual os governos, Geral e Provincial, aportavam recursos de seus orçamentos, que somavam anualmente mais de quarenta contos de réis (40:000\$000), e os produtores contribuíam com uma quota de cinco réis, por arroba de açúcar produzido. Esta composição que viabilizou o aporte de recursos, foi uma sugestão bastante inovadora, até para os dias de hoje, da parte de Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço. Em 1870, sem que os fundos arrecadados tivessem proporcionado a conclusão do projeto, o Conselho do IIBA propôs um acordo de cooperação com um centro de pesquisa agrônomicas europeu, a *École Agricole du Grignon*, sugestão logo abandonada porque iria demandar mais recursos ainda.

No que toca à localização da sede da instituição, após longas discussões e disputas envolvendo interesses de diferentes senhores de engenho e de parte da Igreja católica, prevaleceu a tese de que, devido ao maior dinamismo da atividade açucareira e ao potencial dos solos de massapé comparativamente aos outros da Província, a instituição deveria localizar-se no do Recôncavo e nele com a maior proximidade possível da área de maior concentração dos engenhos. No que tange à micro-localização, em que pese houvesse melhores alternativas, a escolha terminou por recair na localidade de São Bento das Lages, visando-se com isto aproveitar as antigas instalações do Mosteiro de N. S. das Brotas,

¹ O Imperador D. Pedro II, inequivocamente um homem com sensibilidade para apoiar a produção do conhecimento, tinha por hábito estimular que terceiros também o fizessem. Consta que esses ‘mecenás’ da

pertencente à ordem dos beneditinos, que lá chegaram antes que São Francisco do Conde ascendesse à categoria de vila, o que se deu no fim do século XVIII, cf. da Fonseca (1988).

As obras de construção da sede e das instalações de pesquisa e ensino foram conduzidas pelo naturalista francês Louis Jacques Burnet, inicialmente com mão-de-obra escrava e posteriormente através de empreitada com mestres e trabalhadores livres. Na avaliação de Burnet, a força de trabalho escrava era pouco produtiva e descuidada² o que estava levando a um atraso inexplicável (Fiúza, 1934).

Durante a fase construção e implementação das instalações do IIBA, contribuíram dois outros naturalistas, Louis Morreau e Frederic Maurice Draenert, os quais se envolveram, principalmente, com a importação de equipamentos para a pesquisa e livros para a biblioteca. Os laboratórios, os museus, as salas de clínica e intervenções cirúrgicas de medicina veterinária e a biblioteca, foram bem providos em termos de instalações e de acervo. A biblioteca, quando do início de funcionamento do IIBA, já contava com oito mil volumes (Fiúza, 1934 e Guimarães, 1934).

O custo total de implantação do IIBA foi de seiscentos e quarenta e oito contos de réis (648:000\$000) e antes mesmo do início de seu funcionamento já se argumentava que o ensino agrônômico não deveria esperar que a instituição se consolidasse em termos de pesquisa, experimentação e adaptação de lavouras exóticas. Pesava neste argumento a sugestão imperial para que o IIBA se voltasse para o ensino e o fato de só haver na Província um outro curso superior, o de medicina, o que obrigava à elite baiana interessada em outra formação para seus filhos, a manda-los diplomarem-se em Pernambuco.

ciência que ele conseguia gerar, eram todos condecorados com uma pequena medalha do mérito científico.

² A respeito da propalada desqualificação da mão-de-obra escrava, ver estudo de Costa Pinto contestando esta visão (1988).

O início das atividades técnico-científicas se deu em 1875, com a nomeação do médico Arthur Cezar Rios como diretor. A abertura oficial do ensino das ciências agrárias, por sua vez, aconteceu em 15 de fevereiro de 1877, com o início dos cursos de engenharia agrônoma e medicina veterinária. Nesta primeira fase o IIBA contou com dezessete professores, a grande maioria brasileiros. A instituição oferecia, ainda, cursos técnicos, inclusive o de gerente florestal. Para conclusão dos cursos superiores se exigia a defesa de tese. O IIBA encerrou suas atividades em 1904 - já com o nome de Instituto Bahiano de Agricultura em virtude do advento da República - havendo formado 273 engenheiros agrônomos³, uma vez que o curso de veterinária não se consolidou. A participação dos donos de engenho sócios na forma de pagamento de uma taxa por arroba de açúcar, desaparecera há mais de uma década. Como a instituição não tinha uma vinculação orgânica com o Estado, nem na esfera federal nem estadual, os problemas de manutenção se agravaram a ponto de que sua continuação se tornou inviável, desfazendo-se o modelo tripartite, de parceria entre o Estado, em seus dois níveis, e os produtores de açúcar (Fiúza, 1934 e Guimarães, 1934).

Neste mesmo ano o estado da Bahia decidiu assumir integralmente a instituição, entregando seu destino a pesquisadores estrangeiros. Diante do grande prestígio da ciência germânica – em sua proposta da geografia da hegemonia da produção do conhecimento, Yusa, apud Baiardi (1996), define o período de 1810 a 1920 como sendo de inquestionável hegemonia da ciência germânica - são contratados três agrônomos alemães: Leo Zehutner, Julius Lohmman e Edmund Schubert.

³ Como era de se esperar, a maior parte dos que se graduaram em agronomia pertencia à elite baiana, sendo que parcela significativa tinha sobrenome relacionado com a aristocracia agrária.

Curiosamente, um destes sobrenomes, o de Lohmann, é o mesmo do cônsul da Áustria em Salvador, na Segunda metade do século XIX. Tratava-se de um *doublé* de diplomata e comerciante e foi a pessoa que proporcionou todo o apoio necessário para que Ferdinand Maximilan da Áustria realizasse seus deslocamentos e suas incursões no entorno de Salvador e no Recôncavo. O Príncipe austríaco - que como ‘viajante’ brindou a historiografia brasileira com o seu *Reise-Skizzen, Bahia, 1860*, com 346 pgs. de relatos de grande importância para as ciências da natureza - teve em Sr Lohmann o seu anfitrião de fato. Durante sua passagem por Salvador, quando fez observações e classificações zoológicas e botânicas que depois resultaram em texto com 104 pranchas, das quais 32 coloridas, Maximiliano⁴ não teve contato com as autoridades da Província (Habsburgo, 1982).

A liderança da nova instituição, então denominada de Instituto Agrícola, simplesmente, é confiada ao pesquisador Leo Zehutner, que vinha trabalhando com agricultura tropical na ilha de Java. Em sua primeira manifestação oficial o pesquisador alemão condenou o ensino agrônomo que se conduzia no IIBA, taxando-o como excessivamente teórico, voltado para a formação de “bacharéis”, que estavam mais interessados em empregos públicos que em dedicar-se à agricultura. O reduzidíssimo número de engenheiros agrônomos que após a graduação no IIBA foram conduzir atividades nas fazendas do Recôncavo ou de outras regiões do estado, era, para Leo Zehutner, um indicador de que o curso de agronomia deveria suspender seu funcionamento até que houvesse uma grande produção científica e técnica no Instituto. A direção de Leo Zehutner, que durou seis anos, permitiu a atração de outros pesquisadores estrangeiros.

⁴ Antes de Maximiliano Habsburgo, um outro príncipe austríaco com o mesmo prenome, Maximiliano Wied, visitou o Brasil na condição de viajante erudito, aqui permanecendo de 1815 a 1817 (Pinto, 1985).

Neste período vieram da Europa Ph von Schultzeburg, Paul Bigler, Paul Huart Chevalier, Zolinger e Charles Reginald Girdwood .

Em que pese sua grande dedicação, Leo Zehutner não obteve o apoio que necessitava para manter uma instituição científica nos padrões que ele exigia e o Instituto Agrícola encerrou definitivamente suas atividades em 1911. O acervo é então passado ao Governo Federal, que o utiliza para a instalação da Escola Média Theórico-Prática de Agricultura, que também tem vida efêmera. O majestoso edifício que foi sede do IIBA somente sediaria novas atividades em 1920, quando o estado da Bahia, mais uma vez, assume o acervo e recria o curso de agronomia, o qual tem continuidade até os dias atuais, em um outro sitio e vinculado à Universidade Federal da Bahia desde 1970.

.2 – A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA

A recuperação da economia agrário-esportadora foi um fenômeno nacional, para o qual o Nordeste deu uma contribuição significativa. Em 1890, o quantum de exportação da Região já tinha já tinha aumentado 214% em relação à 1850. Neste mesmo período, o aumento da exportação de cacau foi de 33% e a de algodão 43%. Somados cacau e fumo, este último largamente produzido no Recôncavo, fizeram subir o valor das exportações entre 1850 e 1900 de 150 mil para um milhão de libras esterlinas, vide Furtado (1974).

No caso da Bahia, analisando-se um período de 60 anos – que iria de 1850 até 1910 cobrindo a fase de maior atividade do IIBA que se estende até 1911 – observa-se que o somatório dos valores de exportação do quinquênio 1906-10 totalizaram 20,1 milhões de libras, significativamente maiores que os 8,8 milhões do quinquênio 1870-74, uma variação anual à taxa de 2,4 %, ver Tabela I. De sua parte, o índice de variação, tomando como base

100 o quinquênio 1845-49, eleva-se de 175 para 386, um crescimento de 120%, de acordo com a mesma Tabela I.

Examinando-se a variação de valor por produto exportado em uma série de vinte anos, 1890-1910, ver Tabela II, supostamente um período no qual o aumento do quantum produzido captaria a introdução de inovações tecnológicas na base produtiva das lavouras de exportação refletindo no valor exportado, observa-se uma grande heterogeneidade de comportamento das *commodities*, com a maior variação positiva ocorrendo com o valor da exportação da borracha, cujo incremento anual se eleva à taxa de 30%. Segue-se a do fumo, 13,7% a. a., a do cacau 11,7% a. a. e, no caso do açúcar, os acréscimos são de 8,6% a. a..

TABELA I – COMÉRCIO EXTERIOR-EXPORTAÇÕES TOTAIS POR QUINQUÊNIOS BAHIA 1845-1910 (em Libras Esterlinas)

ANOS	TOTAIS POR QUINQUÊNIO	ÍNDICE
1845-49	4.832.132	100
1855-59	7.798.219	147
1870-74	8.878.737	175
1885-89	6.048537	130
1901-05	14.309.501	292
1906-10	20.063.923	386

FONTE: GTEP/CPE (apud Guerreiro, 1980)

A Tabela II também mostra que malgrado as fontes se refiram à economia do Recôncavo como um ‘complexo socioeconômico,’ centrado na produção e exportação do açúcar e do tabaco (Brandão, 1998), observa-se que no fim do século este último tinha um dinamismo e uma vantagem nítida sobre o primeiro, em termos de valor exportado. A relevância da atividade fumageira adquire uma escala maior ainda quando, na segunda

metade do século XIX, instalaram-se as indústrias de processamento do fumo, produzindo rapé, charutos e cigarros (Mattoso, 1992).

No caso do açúcar, a menor performance da Bahia comparativamente à Pernambuco, já se tornara evidente. Percebia-se que o desempenho em termos de produção de açúcar vinha perdendo impulso na Província da Bahia e que desde 1870 Pernambuco conquistava espaço, exportando o dobro de açúcar (Mattoso, 1992).

TABELA II – COMÉRCIO EXTERIOR-EXPORTAÇÕES TOTAIS E POR PRODUTOS (Em contos de réis correntes e em intervalos de cinco anos) BAHIA 1845-1910

ANOS	AÇÚCAR	BORRACHA	CAFÉ	CACAU	COUROS /PELES	FUMO	CHARUTOS	PIAÇAVA	OUTROS	TOTAIS
1890	-	34	6135	1430	-	1198	-	1159	1439	11393
1895	-	264	17217	4389	-	7276	-	508	1248	31012
1900	1339	399	7643	15914	2595	25879	1421	790	2228	58208
1905	2805	2845	3451	8875	2153	8841	1638	435	15053	46076
1910	3101	6109	4470	13122	2426	15617	2138	453	19872	67308

FONTE: Mensagem do Governador Severino Vieira (apud Guerreiro, 1980)

O clima político e social concorria para a recuperação das exportações, tanto no Nordeste como na Bahia. Entre 1850 e 1889 registraram-se na Província somente dois levantes, o que era muito pouco comparativamente à primeira metade do século XIX. A convergência política a nível nacional também contribuiu para o ambiente de certa tranquilidade, o que explica a prosperidade da segunda metade do século XIX, vide Mattoso (1992).

Se, por um lado, fica difícil estabelecer uma associação direta entre a recuperação da economia agrário-exportadora da Província e a atuação do IIBA, por outro, é possível observar alguma sincronia, uma coincidência temporal entre dois processos: 1) aumento das

exportações em valor sem registro de choques de oferta e com pouca oscilação da taxa de câmbio, o que sugere o crescimento da quantidade comercializada ou uma variação de preço positiva e sustentada e 2) formação de um grande número de engenheiros agrônomos e realização de atividades de pesquisa, experimentação, assistência técnica e extensão rural no Recôncavo, adjacências e até em áreas mais remotas por parte dos professores e alunos do IIBA (Fiúza, 1934 e Guimarães, 1934).

A possibilidade da recuperação da economia agrário-exportadora ser explicada em decorrência da variação positiva dos preços das *commodities* baianas é, indiretamente, sugerida por Mattoso (1992). Segundo a autora, com exceção do açúcar, que sofreu desvalorização, todos os demais produtos de exportação tiveram aumento de preço entre 1852 e 1889: 22% no caso do algodão, 134 % no caso do cacau, 90% no caso do café e 38% no caso do tabaco.

3 – O BALANÇO DA CONTRIBUIÇÃO DO IMPERIAL INSTITUTO BAIANO DE AGRICULTURA

Um balanço cobrindo o período que vai de 1875 a 1911, os 36 anos de maior atividade institucional, sugere que o IIBA produziu um acervo de conhecimentos técnico-científicos, o qual contribuiu para a expansão e consolidação no Recôncavo Baiano e adjacências das lavouras da cana-de-açúcar, fumo, café⁵ e algodão, tipicamente geradoras de *commodities*, e de mandioca, outros tubérculos e raízes, fruteiras, legumes diversos, bem como de atividades de produção animal, voltadas, majoritariamente, para o mercado interno. Consistiam estes conhecimentos em resultados experimentais relativos à seleção e

⁵ Além do Recôncavo, o café era produzido em outras regiões. Uma colônia de lavradores suíços e alemães, fundada em 1818, chegou a produzir em Caravelas, extremo sul do estado, 70.00 arrobas (Aguiar, 1960).

à introdução de variedades, práticas de conservação do solo, tratos culturais com simples instrumentos de trabalho e controle de infestações de pragas e doenças, por meio do uso de substâncias naturais e alguns sais de cobre e cálcio. Faziam também parte do acervo de conhecimentos as informações sobre a produção de açúcar e álcool e sobre o manejo animal.

Para desenvolver essas atividades, o IIBA contava com estações experimentais e laboratórios nos quais se realizavam investigações que levaram a resultados e a inovações que foram incorporadas tanto nas atividades agro-açucareiras e fumageiras, que juntas respondiam por quase $\frac{1}{4}$ de todas as exportações do estado na primeira década do século XX, como nas atividades de abastecimento interno.

No caso da atividade agro-sucro-alcooleira, é também provável que as iniciativas dos produtores - referidas por Brandão (1998) - de melhorar a performance dos canaviais e dos engenhos a partir da introdução de variedades de cana provenientes das ilhas Maurícias e de novas técnicas de produção industrial provenientes da Luiziana, tenham tido alguma intermediação do IIBA. O mesmo pode ter se dado quando, na segunda metade do século XIX, as usinas começam a substituir os engenhos, graças a generalização do emprego do vapor no processo produtivo. Esta difusão permitiu que se introduzissem técnicas como o cozimento à vácuo e a turbinação da massa cozida. Em 1875 a Bahia já contava com 282 engenhos a vapor, de um total de 839. (Aguiar, 1960 e Mattoso, 1992).

Este ambiente de mudança se fez acompanhar da construção de uma malha ferroviária no Recôncavo, e de uma rede interna de ferrovias, quando tem início o processo de concentração de terra e de capacidade de produção de açúcar e álcool, reservando-se às áreas dos antigos engenhos o mero papel de fornecedoras de cana (Santos, 1998).

No caso do abastecimento interno - que era um problema grave como sugere a circular de 1857 enviada pelo Presidente do Conselho de Ministros, o Marquês de Olinda, para todos os presidentes das províncias solicitando que respondessem cinco perguntas⁶ sobre as causas da carestia (Linhares, 1979) – há indícios de que o IIBA teria melhorado a base técnica da agricultura organizada fora do modelo do engenho, vocacionada para a produção de fumo mas que se dedicava também à produção de gêneros alimentícios. Essa agricultura tinha como base a pequena produção patrimonial-escravista, que utilizava até 3 escravos juntamente com a mão-de-obra familiar, e a pequena produção estritamente familiar, vide Mattoso (1992).

A influência das atividades do IIBA fora do Recôncavo Baiano era uma realidade. Obviamente que não foram beneficiadas pela atuação da instituição aquelas áreas de produção animal e cotoníferas, localizadas no norte, centro-oeste e sudeste, que se encontravam polarizadas por Pernambuco e Minas Gerais; no caso do algodão vendendo toda a fibra colhida para as indústrias de tecelagem de Minas Gerais. As áreas de produção localizadas no litoral sul e no agreste, ao norte do Recôncavo, produtoras de açúcar, de amêndoas de cacau, de tabaco, de café, de chá, de mandioca, de feijão e de outros cereais e de criação de bovinos e ovinos foram, em alguma medida, beneficiadas. Isto sucedeu tanto pela ação direta do IIBA, em termos de assistência técnica, quanto pela ação indireta, pela propagação de conhecimentos e pela difusão de espécies e variedades de plantas e animais.

É notório que o IIBA, como centro de pesquisas e como escola de agronomia, introduziu e adaptou ainda um grande número de fruteiras, gerou e difundiu conhecimentos que não se restringiram às técnicas dos cultivares que se destacavam pela capacidade de

⁶ O presidente da Província da Bahia, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, informou ao Governo Geral que a causa da carestia era a escassez de escravos (Linhares, 1979).

serem bens comercializáveis. Os benefícios de sua criação não podem ser avaliados, exclusivamente, por uma provável contribuição direta na expansão e consolidação no Recôncavo Baiano das lavouras de cana-de-açúcar e fumo, tipicamente de exportação. Estes se deram também em termos de a diversificação dos sistemas produtivos, sobretudo os formados com outras lavouras de consumo interno, bem como com a fruticultura e a produção animal, possibilitando a complexificação da atividade rural e o funcionamento do Recôncavo como área de abastecimento de inúmeras cidades, sobretudo da capital da Província, dando sustentação a uma relação idealizada de cidade mercantil com região agrícola, a qual, segundo Pedrão (1998), foi parte do grande projeto internacional açucareiro, comandado por interesses judaicos ramificados em Portugal, Itália e Holanda e voltados para o Brasil após o descobrimento.

No início do século XX, sobretudo a partir de 1904, passada a fase áurea de colaboração de pesquisadores estrangeiros de nacionalidade alemã, o IIBA começa a atravessar um período marcado por uma série de crises institucionais, as quais dão início a um processo de desestabilização que viria, anos mais tarde, fazer desaparecer a instituição. A sua manutenção, que sempre fora responsabilidade da administração federal, passa para esfera provincial, retornando em seguida para a órbita da União para, poucos anos após, reintegrar-se, definitivamente, no âmbito do Governo estadual. Com essa sucessão de mudanças, o IIBA entra em decadência e como instituição pioneira da pesquisa agropecuária no Brasil só recupera alguma importância quando se transforma na Escola Agrícola, na década de 30, não mais em São Bento das Lages mas sim em Salvador, localizando-se na antiga Hospedaria dos Imigrantes, em Mont Serrat. Em que pese sua vida efêmera, o IIBA deu uma contribuição significativa para a expansão e consolidação da agricultura e da agroindústria baianas. Além da atividade científica propriamente dita, a

instituição orientava também a implantação da infraestrutura das regiões produtoras, fazia fomento e prestava a assistência técnica à produção e à comercialização.

A importância do IIBA pode também ser medida pelo ambiente científico cultural que criou, o qual foi fundamental para que, mais à frente, surgissem na Bahia instituições de pesquisa por produto visando o apoio à economia agro-exportadora. Dentre estas as mais conhecidas foram o Instituto de Cacau da Bahia, ICB, e o Instituto Baiano de Fumo, o IBF.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, P. de *Aspectos da economia colonial*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

_____ *Ensaio de história econômica*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960

BRANDÃO, M. A. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, M. A. (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.

CASTRO, A.B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência urbana. In: BRANDÃO, M. A. (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.

da COSTA, E.V. O escravo na grande lavoura. In: BUARQUE de HOLANDA S. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985.

da FONSECA, L.F. *Santo Antonio do Paraguaçu e o convento de São Francisco do Conde*. Salvador: EDUFBA, 1988.

FIÚZA, S. Apontamentos históricos sobre a Escola Agrícola da Bahia. In: FIÚZA, S. (org.) *A Escola Agrícola da Bahia*. Salvador: Typographia do Commercio, 1934.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

GUERREIRO, A. M. S. et alii *A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª etapa*. Salvador: SEPLANTEC, 1980.

- GUIMARÃES, A. P. Subsídios para a história da Escola Agrícola da Bahia. In: FIÚZA, S. (org.) *A Escola Agrícola da Bahia*. Salvador: Typographia do Commercio, 1934.
- HABSBURGO, M. *Bahia, 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.
- LINHARES, M.Y.L. *História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- MATOSO, K. Prefácio. In: HABSBURGO, M. *Bahia, 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.
- _____. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PEDRÃO, F.C. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, M. A. (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.
- PINTO, O. M.O. Viajantes e naturalistas In: BUARQUE de HOLANDA S. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. A. (org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.